

MP recebe mais de 170 emendas

Dois terços foram apresentados pela oposição. Apenas Paim apresentou 50

por Sandra Nascimento
de Brasília

A medida provisória da desindexação recebeu mais de 170 emendas. O prazo encerrou-se ontem e agora todas as propostas serão encaminhadas para o relator, que tem até o final do mês para concluir seu relatório.

“Vou examinar uma a uma e ver se encontro alguma alternativa para a questão do salário”, disse o relator, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), destacando o ponto da MP que considera mais polêmico. Do total de emendas apresentadas, dois terços são da oposição, principalmente do PT. Só o deputado Paulo Paim (RS) foi responsável por cinquenta, a maior parte propondo alterações nas regras salariais.

Para não deixar o assunto esfriar no Congresso, o deputado Severiano Alves (PDT-BA) entrou ontem

com requerimento junto à presidência do Senado pedindo autorização para o funcionamento oficial da comissão especial que analisará a MP durante o recesso, que termina no próximo dia 30. O senador José Sarney (PMDB-AP) deverá responder hoje. Mas mesmo que o requerimento seja rejeitado, Coutinho Jorge declarou que pretende discutir com os membros da comissão, ainda que informalmente.

O relator afirmou que também vai discutir com representantes dos trabalhadores, empresários, juristas e membros da equipe econômica do governo a melhor maneira de alterar a MP sem ferir o Plano Real. Disse, no entanto, que não abre mão de quatro pontos: a explicitação do tipo de aumento que será descontado na data-base, a regulamentação da figura do mediador, a defini-

ção de uma fórmula para aferir produtividade e, por último e mais polêmica, a proteção para os salários baixos. Uma das alternativas que defende é o repasse,

para os trabalhadores que ganham até três ou qualquer outro teto de salário, o mesmo percentual do mínimo.

Entre as emendas apresentadas o artigo 13, que tra-

ta das regras de negociação e produtividade, foi o mais alterado, ou um dos que mais sofreram novas redações sem alteração de sentido. PT e PDT propuseram a livre negociação desde que a inflação anual não ultrapasse dois dígitos, caso contrário estabeleceria o gatilho. O senador Suplicy manteve a produtividade por empresa, mas desde que os trabalhadores tenham acesso assegurado aos livros contábeis e de produção das empresas.

A proposta de se usar o mínimo como indexador, defendida por Coutinho Jorge, encontra oposição na emenda de Betinho Rosado (PFL-RN), que veda esse mecanismo. O deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ) propõe que o Conselho Monetário Nacional possa reduzir o prazo das aplicações do depósito a prazo de aplicação automática, hoje em 90 dias.